

ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 178ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Leonardo José Gomes (SMOBI), José Adelson Colares (URBEL), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alan Bachur Viana (SICEPOT-MG), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Lívia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Frederico Luciano Santos (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Célia de Fátima Machado (FJP).

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo José Gomes, verificando o quórum, iniciou a reunião informando a pauta: Apresentação, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2025 e da proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento – Exercício 2026.

A palavra foi repassada ao Subsecretário Adjunto de Planejamento, Gestão e Finanças, Mateus de Faria Damasceno, que procedeu à sua apresentação.

O Subsecretário informou que a Resolução COMUSA 002/2025 aprovou os seguintes investimentos: Gestão Ambiental: R\$60 milhões; Vila Viva: R\$17 milhões; Resíduos Sólidos: R\$28,50 milhões e Fortalecimento Institucional: R\$4,50 milhões, totalizando R\$110 milhões. O palestrante esclareceu que no eixo Gestão Ambiental, foram realizados investimentos em obras, projetos, desapropriações e remoções, sendo investidos cerca de R\$75,7 milhões neste eixo, um pouco acima do valor previsto. No eixo Resíduos Sólidos, foram realizados investimentos que totalizaram cerca de R\$147 mil. No eixo Fortalecimento Institucional, o investimento foi da ordem de R\$553 mil. No eixo Vila Viva foram investidos cerca de R\$19,7 milhões em obras, projetos, projeto técnico-social, desapropriações e remoções, um valor também superior ao previsto. Em resumo, estava previsto um investimento de R\$110 milhões e foi realizado um total de R\$96 milhões.

Conforme apresentado pelo Subsecretário, o fluxo de caixa do Fundo Municipal de Saneamento em 2025 ocorreu conforme o detalhado na tabela a seguir.

FLUXO DE CAIXA		
Descrição	Créditos	Débitos
Saldo 2024	R\$ 16.285.020,36	-
Aporte PBH	R\$ 57.343.446,08	-
Aporte COPASA	R\$ 78.716.728,75	-
Reembolso	R\$ 25.641,31	-
Rendimentos Aplicação	R\$ 3.992.611,40	-
Pagamentos	-	R\$ 96.104.918,90
Desvinculação de Receita	-	R\$ 38.844.670,69
TOTAL	R\$ 156.363.447,90	R\$ 134.949.589,59
SALDO	R\$ 21.413.858,31	

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, reconheceu o volume expressivo dos investimentos, ressaltou a execução financeira acima do orçamento em alguns eixos e pediu esclarecimento quanto aos mecanismos de suplementação e remanejamento dos recursos. Além disso, destacou a concentração dos recursos em obras de infraestrutura tradicional, principalmente em drenagem urbana, e pediu uma maior utilização de soluções baseadas na natureza e estratégias preventivas. Questionou se o

Fundo Municipal de Saneamento possui critérios estruturais de priorização ou se o mesmo opera por demandas pontuais e setoriais. Sugeriu que os conselheiros, não apenas acompanhem a execução dos investimentos, mas definam diretrizes, prioridades e avaliem resultados.

Em resposta, o conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, destacou a resiliência que tem sido alcançada pelo Município em questões de macrodrenagem, citando como exemplo a região da Avenida Teresa Cristina e a destinação de recursos à região Norte do Município. Destacou, ainda, o aumento da utilização de soluções baseadas na natureza nos empreendimentos desenvolvidos pelo Município nos últimos 10 anos.

Em complementação à resposta, a engenheira da DGAU, Carlota Alves, esclareceu que o valor inicialmente previsto na Resolução é uma estimativa, visto que o FMS se constitui de aportes da Prefeitura Municipal e da COPASA durante o ano, composto pelos valores das contas de água e esgoto dos próprios municipais e 4% da receita líquida da COPASA. Explicou que a estimativa é feita com base no valor arrecadado no ano anterior, acrescido de um rendimento estimado, sendo retirada a desvinculação de receita. O valor efetivamente arrecado no ano, que só é conhecido ao final dele, é aquele mostrado no Fluxo de Caixa. Informou, ainda, que os valores previstos por eixo também são estimados e que os recursos podem ser repassados de um eixo para outro. Ressaltou que os recursos só podem ser utilizados em empreendimentos de saneamento e que a aplicação dos recursos é norteada principalmente pelo Plano Municipal de Saneamento através da priorização apresentada no referido documento.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Errico, questionou sobre os valores de financiamentos, empréstimos e emendas parlamentares que não foram detalhados na apresentação. Solicitou, também, um esclarecimento sobre o aporte da COPASA e sobre a ausência do empreendimento Vila Biquinhas na prestação de contas.

Em resposta, o subsecretário Mateus Damasceno esclareceu que o valor previsto na Resolução é uma estimativa de receita a ser dividida entre os eixos. Em síntese, explicou que a previsão de gasto era de 110 milhões de reais, mas a receita apurada foi de 156 milhões de reais. Ressaltou que foram utilizados, incluindo a desvinculação de receita, 134 milhões de reais, restando um saldo de pouco mais de 21 milhões de reais para o ano de 2026.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Errico, pediu esclarecimentos sobre a desvinculação de receita.

Em resposta, o subsecretário Mateus Damasceno esclareceu tratar-se de uma Lei Federal, cujo mecanismo orçamentário tem efeito de uma emenda constitucional que permite aos prefeitos e governadores, desvincular uma parte da receita dos fundos para arcar com outros custos da Administração. Ressaltou que a desvinculação de receita do FMS é de 30% do valor arrecadado.

A engenheira Carlota Alves esclareceu que a Lei Municipal de Saneamento de 2004 estabeleceu a criação do Fundo Municipal de Saneamento, que se destina ao financiamento de obras, projetos e estudos de saneamento. Com a assinatura do Convênio de Gestão Compartilhada com a COPASA, ficou estabelecido que os aportes ao Fundo seriam provenientes de duas fontes: (i) 4% da receita líquida da Companhia e (ii) os valores referentes às faturas de água e esgoto dos próprios municipais. Assim, a Copasa participa destinando parte de sua receita e a Prefeitura, em substituição ao pagamento dessas contas diretamente à COPASA, repassa os valores ao Fundo, para ser revertido em investimentos na área de saneamento. Em relação aos financiamentos, esclareceu que os empreendimentos de saneamento podem obter recursos do FMS e os demais são custeados pelo ROT - recursos do tesouro municipal.

O conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, esclareceu, ainda, que o empreendimento Vila Biquinhas está elencado no Programa DRENURBS, com captação de recursos internacionais. Ressaltou que o projeto será licitado no corrente ano e vai englobar soluções baseadas na natureza. Esclareceu, ainda, que a questão das emendas parlamentares é tratada em outra esfera de Governo e por isso não são apresentadas ao COMUSA.

A engenheira Carlota Alves esclareceu, ainda, que os empreendimentos de pequeno porte podem ser financiados com recursos oriundos apenas do Fundo, mas que os empreendimentos de maior porte precisam de outras fontes de financiamento e os recursos do Fundo entram como contrapartida em tais financiamentos.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Errico, sugeriu que seja especificado o percentual de contribuição do Fundo no valor dos empreendimentos.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, sugeriu qualificar os recursos, mostrando a percepção da comunidade sobre o investimento realizado, para avaliar os impactos gerados. Sugeriu pesquisar, junto às comunidades, se elas têm entendimento da necessidade do empreendimento que está sendo executado, avaliando a satisfação dos moradores e utilizando mais soluções baseadas na natureza. Sugeriu criar um monitoramento trimestral ou quadrimestral de como os recursos estão sendo aplicados, trazendo os indicadores para discussão no Conselho e promovendo visitas técnicas de acompanhamento dos empreendimentos. O Conselheiro questionou, ainda, o aumento da impermeabilização através das intervenções implantadas.

Em resposta, o Conselheiro Frederico Luciano informou que irá avaliar como encaixar a questão das pesquisas da comunidade e o monitoramento dos recursos nos Termos de Referência das licitações. Informou que esse processo tem sido realizado nos empreendimentos do Programa DRENURBS, através do PTTS - Projeto de Trabalho Técnico e Social, que realiza a escuta da comunidade, apresenta os projetos antes de serem executados e coleta sugestões tecnicamente viáveis. Em relação à utilização de soluções baseadas na natureza, esclareceu que nem sempre é eficaz a utilização apenas desse tipo de técnica nas intervenções, sendo necessárias, também, soluções estruturantes e convencionais.

A engenheira Carlota Alves pontuou que o processo de urbanização possibilita a implantação de abastecimento de água, esgotamento sanitário, microdrenagem e coleta de lixo e ainda melhora a mobilidade de um morador de vila ou favela, por exemplo, e que, para tanto, muitas vezes é preciso concretar ou asfaltar.

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes explicou que as soluções baseadas na natureza têm sido implementadas e serão utilizadas, por exemplo, no Programa Drenurbs 2, bem como em outros tantos empreendimentos que têm considerado a implantação de áreas verdes e parques lineares.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, pontuou sobre a diferença entre o planejado e o executado, tanto pela carência de educação ambiental, quanto no pós obra, fazendo com que não sejam alcançados todos os benefícios esperados pelas intervenções.

O Conselheiro e representante da SMMA, Pedro Franzoni, afirmou que as críticas são bem-vindas, mas ressaltou que o Município de Belo Horizonte é pioneiro na questão de saneamento, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento, na gestão de recursos em um Fundo Municipal de Saneamento e até mesmo na manutenção do COMUSA. Afirmou que tudo foi construído e tem sido mantido com muita luta e sugeriu aos conselheiros que aprofundem seus conhecimentos em contabilidade pública. Sobre as SBN, ressaltou que ainda existe muita dificuldade em orçamentação, em normas da ABNT e ressaltou a necessidade da engenharia se aprofundar e se apropriar desse conhecimento.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, ressaltou a importância de uma leitura jurídica da desvinculação de receita e de conhecer a base normativa que está sendo adotada no processo.

Em resposta, a engenheira Carlota Alves explicou que a desvinculação de receita é um Decreto Municipal.

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, sugeriu encaminhar a legislação por e-mail aos conselheiros. Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saneamento, Exercício 2025, tendo sido a mesma aprovada com nove votos a favor e um voto contrário.

O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, procedeu, então, à apresentação da proposta do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento - Exercício 2026, cujo resumo está detalhado na tabela abaixo.

PLANO DE INVESTIMENTOS 2026		
Projeto Sustentador	Quantidade de empreendimentos	FMS 2026 Resolução 001/2026 (R\$)
Gestão Ambiental	146	93.000.000,00
Vila Vila	94	16.500.000,00
Resíduos Sólidos	22	13.000.000,00
Fortalecimento Institucional	4	2.500.000,00
TOTAL	266	125.000.000,00

Encerrada a apresentação, a palavra foi novamente franqueada aos presentes na reunião.

O Conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, solicitou que fossem apresentadas as tratativas do Município com a COPASA sobre a continuidade da concessão e a privatização da empresa. Ressaltou a importância de o assunto ser discutido no COMUSA.

Em resposta, o Presidente do Conselho, Leonardo Gomes, explicou que o assunto está na fase das tratativas técnicas e da análise de documentação.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, parabenizou a equipe pelas ações de planejamento e solicitou informações sobre a Lagoa da Pampulha, abordando o monitoramento da qualidade da água, o vertedouro e a interface com o Município de Contagem.

Em resposta, o Presidente do Conselho, Leonardo Gomes, sugeriu que esta seja a pauta da próxima reunião, para esclarecer todas as dúvidas levantadas.

A Conselheira e representante do CMSBH, Livia Errico, questionou se os aportes da COPASA serão mantidos, diante do cenário de privatização. Além disso, sugeriu uma pauta sobre “Soluções baseadas na natureza”, apresentando os avanços no Município e os desafios a serem enfrentados.

Em resposta, o Presidente do Conselho, Leonardo Gomes, informou que o aporte da COPASA é garantido e consta em contrato.

A Conselheira e representante da Associação Pró-Pampulha, Rosemary Fernandes, questionou o valor de R\$2,50 milhões previsto para o fortalecimento institucional.

Em resposta, o Conselheiro e representante da SMOBI, Frederico Santos, esclareceu que são recursos destinados a estudos, planos, ações e aquisições voltadas ao aprimoramento da gestão municipal, objetivando a melhoria da capacidade administrativa, planejamento, execução e emprego de serviços à população com mais eficiência, transparência e qualidade. Ou seja, o recurso pode ser utilizado em consultorias de suporte na construção de políticas públicas de gestão de águas urbanas, na capacitação dos profissionais e na renovação do parque tecnológico do Município, por exemplo.

O Conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, em concordância com o Conselheiro Weber Coutinho, também solicitou abordagem sobre a Lagoa da Pampulha. Solicitou esclarecimento sobre os tratamentos de fundo de vale previstos no Plano de Investimentos. Questionou sobre a reestruturação da Lagoa do Nado e solicitou o compartilhamento dos projetos com representantes de movimentos ambientais, como o Cercadinho, o Onça, o Piteiras, o Capão, o Terra Vermelha, dentre outros. Questionou se existem ações de educação ambiental em todos os empreendimentos previstos e perguntou qual seria o órgão responsável por isto. Por fim, questionou se existe algum estudo sobre remunicipalização do saneamento de Belo Horizonte.

Em resposta, o Presidente do Conselho, Leonardo Gomes, informou que há uma licitação prevista ainda para o ano de 2026, para reconstrução do barramento da Lagoa do Nado e ressaltou que a discussão já foi feita com a comunidade e seu entorno. Em relação aos projetos de tratamento de fundo de vale, informou que todos os projetos são aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e seu Conselho, antes de serem executados, além de aprovados por órgãos de patrimônio, quando necessário, como no caso da Lagoa da Pampulha.

O Conselheiro e representante da SMOBI, Frederico Santos, informou, sobre a temática educação ambiental, que são desenvolvidos vários projetos e programas vinculados à execução das obras.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, abordando o tema compostagem, questionou se o critério utilizado seria mesmo o de área útil, pois o mesmo não reflete o impacto real dessas iniciativas urbanas. Indagou se há previsão de tratamento diferenciado, especialmente para comunidades e bairros de maior vulnerabilidade e se há previsão de projetos de pequena escala para essas áreas. Questionou, ainda, sobre as intervenções previstas para a Rua Gentios, na bacia do Córrego do Leitão.

Em resposta, o engenheiro Pedro Heller explicou que a SLU mantém uma unidade centralizada de compostagem na área do antigo aterro na BR-040 e informou que não foram solicitados recursos para unidades descentralizadas de compostagem.

Complementando, a Conselheira e representante da SLU, Aurora Pederzoli, informou que o assunto foi discutido no Plano Local de Ação Climática e a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano identificou terrenos onde essas ações poderiam ser desenvolvidas. Entretanto, esclareceu que a geração de efluentes gera a necessidade de um licenciamento urbanístico e ambiental específicos, cujas ações e monitoramento não podem ser assumidos pela SLU no momento. Lembrou, ainda, que o assunto continuará sendo discutido no âmbito do Plano Local de Ação Climática e que deve ser considerado na atualização do PMGIRS.

O Conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, reafirmou sua opinião sobre a importância de uma gestão descentralizada para a compostagem.

Em resposta, o engenheiro Pedro Heller esclareceu sobre a complexidade do tratamento de resíduos orgânicos que requer estudos e instrumentos de regulação dessa prática.

Sobre a Rua Gentios, o Conselheiro Frederico Santos esclareceu que a resposta foi enviada por e-mail em 13 de fevereiro, informando que a via está incluída no projeto do Córrego do Leitão, empreendimento 2527 do Plano de Obras.

O Conselheiro e representante da SUDECAP, Marcos Ferreira, acrescentou que já foram desenvolvidos projetos básicos para toda a bacia do Córrego do Leitão e os projetos executivos estão sendo detalhados, com previsão de conclusão em outubro de 2026. Informou que a solução é complexa porque a bacia está praticamente impermeabilizada, a topografia não é favorável e a velocidade de escoamento é muito significativa. A proposta é implantar microrreservatórios debaixo da pista, compatibilizar o sistema de drenagem já existente com os microrreservatórios, retardando as vazões de cheia e mitigando a inundação. O Conselheiro se comprometeu a apresentar o projeto em uma reunião do COMUSA, tão logo ele seja finalizado.

Encerradas as considerações, colocou-se em votação a aprovação do Plano de Investimentos do Fundo Municipal de Saneamento - Exercício 2026, que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Frederico Luciano Santos, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.